



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE PELOTAS 31.03.2016

Aos 31 dias do mês de março de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Pelotas a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler, e da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional, Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000194-08.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Diretor do Foro Luís Carlos Pinto Gastal, pelo Coordenador Álvaro José Pereira Grill e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 16.04.2015

Data de Implantação do PJe: 17.04.2015

Jurisdição: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, Pelotas, Piratini, Turuçu

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 31.03.2016

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Luís Carlos Pinto Gastal	1ª Vara do Trabalho de Pelotas

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Pelotas gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



2.2.1 Servidores Lotados na Unidade

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Álvaro Jose Pereira Grill	Analista Judiciário - Área Judiciária	Coordenador (CJ1)	1º.08.1993
2	Jordão José Nunes Aranha	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC04)	07.12.1998
3	Marcílio Gonçalves Filho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	02.08.2010*1
4	Liliane Vighi Storch	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.11.1993
5	Josiane dos Santos Brum (em férias)	Auxiliar Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Apoio de Serviços Diversos	-	26.04.2004
6	Márcia Lenici Eslabão Hackbart	Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Apoio de Serviços Diversos	-	25.01.2006*2
7	Solange Cardoso Gonçalves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	1º.09.2009
-	Mauro Ortiz Alt	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	04.11.1996*1
-	Valdemor Escobar de Vasconcelos	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	12.03.2001
-	Paulo Jesus de Andrade e Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	07.02.2013



Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Claiton Luiz Duarte da Silva	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.04.2003
2	Andres Santos Cevallos	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	1º.02.2005
3	Rafael Tavares Carvalhal	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	30.05.2008*3
4	Fabício Pessotto Balem	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	10.03.2010
5	Vinícius Fernandes da Costa	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	23.03.2012
6	Marcelo Dantas Ritta	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	19.06.2012
7	Eduardo Padilha da Costa	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	04.07.2014
8	André Luís Cavalcanti Moreira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	30.01.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.02.2016)

*1 Os servidores *Marcílio Gonçalves Filho* e *Mauro Ortiz Alt* registram lotação anterior na Unidade Judiciária, de 30.03.2007 a 03.11.2009 e de 05.03.1991 a 05.03.1996, respectivamente.

*2 A servidora *Márcia Lenici Eslabão Hackbart* registra 2 (dois) períodos de lotação na Central de Mandados de Pelotas, de 04 a 24.11.1998 e de 19.05.1999 a 24.01.2006.

*3 O servidor *Rafael Tavares Carvalhal* registra lotação na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Pelotas, anteriormente denominada Serviço de Distribuição dos Feitos, no período de 06.10.2005 a 29.05.2008.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária –



Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total de dias
1	Álvaro Jose Pereira Grill	Curso ou Evento (CURS)	8	8
2	Jordão José Nunes Aranha	Curso ou Evento (CURS)	5	5
3	Josiane dos Santos Brum	Curso ou Evento (CURS)	2	7
		Doença em Pessoa da Família (LPF)	3	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
4	Liliane Vighi Storch	Curso ou Evento (CURS)	2	23
		Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	20	
5	Márcia Lenici Eslabão Hackbart	Curso ou Evento (CURS)	2	7
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	
6	Marcílio Gonçalves Filho	Curso ou Evento (CURS)	4	5
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
7	Mauro Ortiz Alt (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	-
8	Paulo Jesus de Andrade e Silva (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	Curso ou Evento (CURS)	2	2
9	Solange Cardoso Gonçalves	Curso ou Evento (CURS)	2	18
		Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	
10	Valdemor Escobar de Vasconcelos (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	Curso ou Evento (CURS)	2	2



Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total de dias
1	André Luís Cavalcanti Moreira (desde 30.01.2015)*	Curso ou Evento (CURS)	1	1
2	Andres Santos Cevallos	Curso ou Evento (CURS)	1	1
3	Claiton Luiz Duarte da Silva	Curso ou Evento (CURS)	1	1
4	Eduardo Padilha da Costa	Curso ou Evento (CURS)	1	44
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	43	
5	Fabício Pessotto Balem	Curso ou Evento (CURS)	1	1
6	Marcelo Dantas Ritta	Curso ou Evento (CURS)	1	1
7	Rafael Tavares Carvalhal	Curso ou Evento (CURS)	1	1
8	Vinicius Fernandes da Costa	Curso ou Evento (CURS)	1	1

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.02.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. No Foro Trabalhista de Pelotas, houve limitação de expediente externo ao horário das 13h às 18h e interno ao horário das 10h às 18h, mantidos os prazos processuais e a realização de audiências, **no período de 09 de junho a 1º de outubro de 2015**, totalizando 3 meses e 23 dias de adesão à greve pelos servidores, conforme a Portaria do Foro Trabalhista nº 001/2015, de 09.06.2015, expedida pelo Juiz-Diretor do Foro, em exercício, Frederico Russomano; o Ofício SOPS nº 91/2015, de 1º.10.2015, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do RS, e a Portaria Conjunta da Presidência e Corregedoria deste Tribunal nº 6.038, de 19.10.2015.

Contudo, conforme a Portaria do Foro Trabalhista nº 002/2015, de 26.06.2015, expedida pelo Juiz-Diretor do Foro, **Luís Carlos Pinto Gastal**, foram suspensas as atividades regulares de atendimento ao público e audiências excepcionalmente nos **dias 29 e 30 de junho de 2015**.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Elias Medeiros Vieira	20.11.2014	30.11.2015	1 ano e 11 dias	Redistribuído para o Tribunal Regional



					Eleitoral do Rio Grande do Sul
--	--	--	--	--	--------------------------------

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
-	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.02.2016)

2.2.6 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário, conforme verificado na consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.02.2016.

2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total de horas
1 Álvaro Jose Pereira Grill*	-	40	48	88
2 Jordão José Nunes Aranha	-	40	12,5	52,5
3 Josiane dos Santos Brum	-	16	-	16
4 Liliane Vighi Storch	-	16	-	16
5 Márcia Lenici Eslabão Hackbart	-	16	4	20
6 Marcílio Gonçalves Filho	-	16	3	19
7 Mauro Ortiz Alt (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	62	62
8 Paulo Jesus de Andrade e Silva (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	16	32	48
9 Solange Cardoso Gonçalves	-	16	115	131
10 Valdemor Escobar de Vasconcelos (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	16	32	48

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total de horas
1 André Luís Cavalcanti Moreira	-	5	-	5
2 Andres Santos Cevallos	-	5	240	245
3 Claiton Luiz Duarte da Silva	-	5	25,5	30,5



4	Eduardo Padilha da Costa	-	5	5	10
5	Fabício Pessotto Balem	-	5	13	18
6	Marcelo Dantas Ritta	-	5	20	25
7	Rafael Tavares Carvalhal	20	5	218	243
8	Vinícius Fernandes da Costa	-	5	25	30

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.02.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2014	3.058	R\$ 16.774,91	R\$ 138,25
Média mensal - 2014	254,83	R\$ 1.397,91	R\$ 11,52
2015	2.348	R\$ 12.944,43	R\$ 44,70
Média mensal - 2015	195,67	R\$ 1.078,70	R\$ 3,73
Variação 2014-2015	-23,22%	-22,83%	-67,67%
2016 (até janeiro)	153	R\$ 846,09	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 02.03.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 195,67 certidões negativas por mês em 2015, média 23,22% inferior à verificada no ano anterior. Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues às 16h30min do dia seguinte ao do recebimento do requerimento. Os pedidos urgentes são entregues no mesmo dia, de acordo com a informação prestada pelo Coordenador.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos originais e a guias comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados, mantidos pelo período de 180 dias.



3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	36.991 – 87,97%	5.059 – 12,03%	42.050
Processos com reclamadas	112.973 (totalmente) – 94,71%	5.323 – 4,46%	119.281
	985 (parcialmente) – 0,83%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.02.2016, 17h29min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada mediante conferência dos documentos juntados com a petição inicial e de consulta do CNPJ na base de dados do sítio da Receita Federal.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadoria, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada mediante consulta aos documentos que acompanham a petição inicial, consulta do CNPJ ou CPF no site da Receita Federal, busca em documentos juntados em processos arquivados, aproveitamento de informações fornecidas nos requerimentos de certidão, consulta ao site dos Correios para conferência dos CEP's, entre outras medidas buscando a unificação do maior número de reclamadas possível. Informa o Coordenador, ainda, que o trabalho de unificação de dados cadastrais das reclamadas é contínuo. Entretanto, a evolução no percentual de reclamadas unificadas não ocorre no ritmo desejado pela Unidade, isso porque, praticamente na totalidade das vezes, os cadastros ainda não unificados relacionam-se aos processos já enviados ao Depósito Centralizado, fato este que acarreta alguma dificuldade, devido a impossibilidade de consulta aos documentos juntados aos autos.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 26.02.2016, de um total de 42.050 reclamadas cadastradas no sistema informatizado do Foro de Pelotas, 36.991 encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 94,71% dos processos que tramitam no Foro.

Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2015, cujo número de reclamadas unificadas era de 35.906, correspondendo a um percentual de 85,75%.



3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		6.757 – 84,17%	1.271 – 15,83%	8.028
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	117.154 (totalmente) – 98,22%	2.076 – 1,74%	119.281
		51 (parcialmente) – 0,04%		
	Reclamada	115.223 (totalmente) – 96,60%	3.300 – 2,77%	
		758 (parcialmente) – 0,63%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.02.2016, 17h31min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 84,17% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Pelotas encontravam-se unificados, restando 1.271 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 98,22% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 96,60%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2015, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 83,54% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 30.03.2015; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 1.286.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Órgãos		1.437 – 100%	0	1.437
Processos com Órgãos		7.375	0	7.375

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.02.2016, 17h32min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 26.02.2016, todos os 1.437 órgãos cadastrados se encontravam unificados. Ressalta-se que a Unidade manteve o 100% de unificação do cadastro verificado em 2015, acrescentando 22 novos órgãos ao cadastro do Foro.



3.3 CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até fev.)
Ação Anulatória	5	4	-20,00%	0
Ação Cautelar	32	6	-81,25%	0
Ação Civil Coletiva	0	2	-	0
Ação Civil Pública	4	1	-75,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	14	4	-71,43%	0
Ação de consignação	76	17	-77,63%	0
Ação de cumprimento	46	30	-34,78%	0
Ação de indenização	53	14	-73,58%	0
Ação declaratória	3	0	-100,00%	0
Ação monitoria	4	0	-100,00%	0
Ação de repetição de indébito	1	0	-100,00%	0
Carta de Ordem	11	1	-90,91%	0
Carta de sentença	27	17	-37,04%	18
Carta precatória	371	115	-69,00%	0
Embargos de terceiro	36	33	-8,33%	2
Exe. de Título Judicial	1	1	0,00%	0
Inquérito	1	1	0,00%	0
Mandado de segurança	1	0	-100,00%	0
Outros	9	7	-22,22%	0
Protesto	9	2	-77,78%	0
Reclamatória-ordinário	3.244	1.064	-67,20%	1
Reclamatória-sumaríssimo	1.077	291	-72,98%	0
TEE Outros	0	1	-	0
TEE ajuste de conduta MPT	2	1	-50,00%	0
TEE multa DRT	8	2	-75,00%	0
TOTAL	5.035	1.614	-67,94%	21
MÉDIA POR MÊS	419,58	134,50	-67,94%	10,50

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2016)



No ano de 2015, foram distribuídas 1.614 novas ações no Foro de Pelotas, registrando-se uma média mensal de 134,50 distribuições. Esse número foi inferior em 3.421 às ações distribuídas em 2014, constatando-se uma queda de 67,94% na média mensal de distribuições. Se faz necessário destacar que essa redução decorre diretamente da implantação do PJe-JT em 17.04.2015, consoante Portaria Conjunta 1.522, de 26 de março de 2015. A partir de tal data, os cadastramentos de processos físicos realizados referem-se a petições iniciais vinculadas a processos físicos ainda em tramitação (cartas de sentença, embargos de terceiro, medidas cautelares incidentais, etc.).

Em números absolutos, as reclamatórias trabalhistas do rito sumaríssimo e as reclamatórias trabalhistas do rito ordinário foram objeto das maiores reduções na comparação com os dados de 2014, registrando-se diminuição de 2.180 e 786 distribuições, respectivamente, em 2015. A seu turno, nos dois primeiros meses do ano de 2016, foram distribuídas apenas 21 novas ações em processos físicos no Foro de Pelotas.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2014	49.094	228	215,32
2015	39.021	223	174,98
Variação 2014-2015	-20,52%	-2,19%	-18,74%
2016 (até fev.)	4.426	25	177,04

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2016)

No ano de 2015, foram protocolizadas 39.021 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 174 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verificase uma queda de 18,74% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Pelotas.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se que os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo



encontrava-se muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0072400-86.2008.5.04.0101	29.10.2015	12.11.2015	111
0000377-35.2014.5.04.0101	22.01.2016	03.02.2016	28

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2016)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 02 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Pelotas está dividida em 09 setores.

O Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 06 meses, em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCr.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

A distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, às segundas-feiras ou no dia útil seguinte, segundo o relato do Coordenador da Central de Mandados. Os mandados classificados como urgente são distribuídos juntamente com os demais ao oficial de justiça, havendo prioridade no seu cumprimento em relação aos outros. Os mandados classificados como plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça que estiver de plantão naquela semana.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr. Após essa análise, a devolução dos mandados que apresentam urgência é feita logo após o seu cumprimento. Nos demais casos, os mandados cumpridos são devolvidos às Secretarias das Varas em conjunto, em média, duas vezes ao dia.



4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
2014	3.549	295,75
2015	2.604	217,00
Variação 2014-2015	-26,63%	-26,63%
2016 (até fev.)	286	143,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2014	0	0,00
2015	1.184	98,67
Variação 2014-2015	-	-
2016 (até fev.)	298	149,00

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Pelotas recebeu 3.788 mandados, sendo 2.604 de processos físicos e 1.184 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 315,67 mandados recebidos, 6,73% maior do que a média verificada em 2014. Por sua vez, nos primeiros dois meses de 2016 foram recebidos 703 mandados, dos quais 286 de processos físicos e 417 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 351,5, 11,35% superior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 26,63% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2015.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até fev.)
Busca e Apreensão	80	64	-20,00%	16
Citação	671	599	-10,73%	68



Condução de Testemunha	39	22	-43,59%	1
Notificação	1.634	1.068	-34,64%	42
Penhora	820	654	-20,24%	102
Outros	367	251	-31,61%	37
Total	3.611	2.658	-26,39%	266

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2016)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até fev.)
Intimação	0	0	-	0
Notificação	0	891	-	227
Mandado	0	216	-	62
Ofícios	0	37	-	3
Total	0	1.144	-	292

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2016)

Foram cumpridos 3.802 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 2.658 oriundos de processos físicos e 1.144 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve elevação de 191 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a uma elevação de 5,29%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos a notificação foi a espécie mais frequente em 2015 (1.068), seguida pela penhora (654), enquanto em 2016 o tipo de diligência mais comum passou a ser a penhora (102) seguida pela citação (68). Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até fev.)
Busca e Apreensão	12,30	6,58	-46,52%	14,31
Citação	11,71	7,99	-31,82%	9,07
Condução de Testemunha	66,26	61,86	-6,63%	72,00
Notificação	7,91	6,46	-18,39%	10,64



Penhora	15,59	12,22	-21,58%	10,92
Outros	8,25	6,44	-21,92%	7,03
Prazo Médio Geral	11,12	8,68	-21,96%	10,30

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2016)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até fev.)
Intimação	-	-	-	-
Notificação	-	10,95	-	14,15
Mandado	-	15,65	-	16,00
Ofício	-	7,49	-	6,67
Prazo Médio Geral	0,00	11,72	-	14,47

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2016)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Pelotas caiu 21,96% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que, excetuadas as conduções de testemunhas (cujo número total é ínfimo), as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 12,22 dias), seguidas pelas citações, cuja média foi de 7,99 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nos mandados classificados como outros (6,44 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e fevereiro de 2016 apontam uma elevação do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos para 10,30 dias, o que corresponde a um avanço de 18,63%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 11,72 dias em 2015. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado nas diligências de execução classificadas como “mandados” (15,65 dias), enquanto os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (7,49 dias). Por sua vez, as informações colhidas nos dois primeiros meses de 2016, apontam aumento do tempo médio para cumprimento dos mandados para 14,47 dias, lapso 23,41% superior ao verificado em 2015.



4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até fev.)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	39	48,75%	10	15,63%	8	50,00%
Citação	274	40,83%	168	28,05%	24	35,29%
Condução de Testemunha	34	87,18%	16	72,73%	1	100,00%
Notificação	404	24,72%	217	20,32%	14	33,33%
Penhora	389	47,44%	238	36,39%	38	37,25%
Outros	102	27,79%	44	17,53%	13	35,14%
Total Geral	1.242	34,39%	693	26,07%	98	36,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até fev.)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Intimação	0	-	0	-	0	-
Notificação	0	-	381	42,76%	129	56,83%
Mandado	0	-	109	50,46%	42	67,74%
Ofício	0	-	12	32,43%	1	33,33%
Total	0	-	502	43,88%	172	58,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 693 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, número correspondente a 26,07% de todos os mandados cumpridos, tendo havido redução em relação aos dados de 2014, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 34,39% do total de mandados cumpridos.



Excetuadas as conduções de testemunhas, que possuem número ínfimo, a penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (36,39%), seguida pelas citações (28,05%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro e fevereiro) apontam aumento do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos (36,84%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 512 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, que equivale a 43,88% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (50,46%). Nos dois primeiros meses de 2016, igualmente, verifica-se tendência de elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Pelotas.

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)					
Processo	Nº do mandado	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000026-19.2015.5.04.0104	104-00144/15	Penhora	09.03.2015	24.06.2015	107
0001046-85.2014.5.04.0102	102-00420/15	Outros	1º.06.2015	26.08.2015	86
0073400-52.2007.5.04.0103	103-00933/14	Penhora	09.12.2014	02.03.2015	83
0000840-16.2010.5.04.0101	101-00392/15	Penhora	1º.06.2015	21.08.15	81
0003300-09.2006.5.04.0103	103-00952/14	Outros	15.12.2014	05.03.15	80

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020184-07.2015.5.04.0101	Mandado	19.06.2015	12.10.2015	115
0020111-26.2015.5.04.0104	Mandado	09.06.2015	23.09.2015	106
0020256-91.2015.5.04.0101	Mandado	14.07.2015	15.10.2015	93
0020255-09.2015.5.04.0101	Mandado	14.07.2015	07.10.2015	85
0020028-10.2015.5.04.0104	Mandado	29.07.2015	19.10.2015	82



4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 01 mandado pendente de devolução nos processos físicos em que ultrapassado o limite legal para sua devolução.

Mandados em aberto no sistema informatizado PROCESSOS FÍSICOS – inFOR					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Nº Carga OJ	Tipo Mandado	Dias em carga
001	0002800-41.2009.5.04.0101	29.01.2016	101-00016/16	Notificação	32

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 01.03.2016, apresentava 10 mandados de penhora sem registro de cumprimento do mandado, sendo o mais antigo expedido em 25.11.2015 (97 dias).

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICO – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
001	0020257-73.2015.5.04.0102	25.11.2015	Mandado	Andres Santos Cevallos	97
002	0020606-76.2015.5.04.0102	21.01.2016	Mandado	Vinicius Fernandes da Costa	40
003	0021578-10.2015.5.04.0405	22.01.2016	Notificação	Fabricio Pessotto Balem	39
004	0020054-74.2016.5.04.0103	25.01.2016	Notificação	Fabricio Pessotto Balem	36
005	0020149-13.2016.5.04.0101	12.02.2016	Mandado	Marcelo Dantas Ritta	18
006	0020145-73.2016.5.04.0101	16.02.2016	Notificação	Rafael Tavares Carvalho	14
007	0020015-80.2016.5.04.0102	16.02.2016	Notificação	Rafael Tavares Carvalho	14
008	0020160-36.2016.5.04.0103	17.02.2016	Notificação	Fabricio Pessotto Balem	13
009	0020036-66.2016.5.04.0131	19.02.2016	Notificação	Rafael Tavares Carvalho	11
010	0020211-88.2014.5.04.0015	19.02.2016	Mandado	Rafael Tavares Carvalho	11

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 10.02.2016)

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Pelotas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Claiton Luiz Duarte da Silva						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	12	12	11	11	00	00
Citação	78	77	60	61	07	07
Condução de Testemunha	01	00	01	02	00	00
Notificação	174	174	196	199	04	06
Penhora	107	106	85	89	05	05
Outros	69	71	31	31	01	01
Total	441	440	384	393	17	19

PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	127	126	21	21
Mandado	00	00	28	28	09	09
Ofício	00	00	05	05	00	00
Total	00	00	160	159	30	30

Andres Santos Cevallos						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	11	10	05	05	01	02
Citação	39	42	38	38	05	03
Condução de Testemunha	01	01	01	01	00	00
Notificação	110	112	62	62	07	07



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Penhora	70	78	64	62	13	18
Outros	33	33	36	36	07	06
Total	264	276	206	204	33	36
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	55	50	39	39
Mandado	00	00	28	27	07	03
Ofício	00	00	01	01	01	01
Total	00	00	84	78	47	43

Rafael Tavares Carvalhal						
INFOR						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	07	07	03	03	01	01
Citação	144	146	95	99	04	07
Condução de Testemunha	06	07	01	01	00	00
Notificação	240	243	110	114	03	02
Penhora	130	133	89	88	13	11
Outros	44	44	21	21	03	03
Total	571	580	319	326	24	24

PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	100	95	13	14



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mandado	00	00	26	24	01	02
Ofício	00	00	03	03	00	00
Total	00	00	129	122	14	16

Fabrizio Pessotto Balem						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	08	08	12	12	02	02
Citação	81	82	67	67	05	02
Condução de Testemunha	06	07	01	02	00	00
Notificação	238	240	110	110	01	01
Penhora	84	92	67	67	09	06
Outros	33	34	21	21	04	04
Total	450	463	278	279	21	15
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	74	74	11	06
Mandado	00	00	22	22	08	07
Ofício	00	00	03	03	00	00
Total	00	00	99	99	19	13

Vinicius Fernandes da Costa						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	15	15	08	08	04	04



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Citação	100	95	87	92	22	20
Condução de Testemunha	07	05	04	06	00	00
Notificação	271	265	133	139	13	11
Penhora	110	104	110	116	20	19
Outros	50	49	30	31	11	09
Total	553	533	372	392	70	63

PJe-JT

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	134	125	41	46
Mandado	00	00	21	20	12	12
Ofício	00	00	10	10	01	01
Total	00	00	165	155	54	59

Marcelo Dantas Ritta

INFOR

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	08	13	02	01	02	03
Citação	85	91	78	80	04	06
Condução de Testemunha	07	08	04	05	00	00
Notificação	241	249	147	160	07	05
Penhora	112	122	78	79	09	07
Outros	36	36	32	35	02	02
Total	489	519	341	360	24	23



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	146	141	24	27
Mandado	00	00	36	33	11	11
Ofício	00	00	07	07	00	00
Total	00	00	189	181	35	38

Eduardo Padilha da Costa						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	09	04	04	01	01
Citação	59	58	70	71	08	07
Condução de Testemunha	01	01	03	02	00	01
Notificação	158	158	143	143	09	06
Penhora	67	66	77	78	16	14
Outros	45	45	29	29	05	05
Total	339	337	326	327	39	34
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	139	139	27	26
Mandado	00	00	28	28	06	06
Ofício	00	00	03	03	00	00
Total	00	00	170	170	33	32



André Luís Cavalcanti Moreira						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	20	20	03	03
Citação	00	00	91	91	18	16
Condução de Testemunha	00	00	03	03	00	00
Notificação	00	00	141	141	05	04
Penhora	00	00	76	75	25	22
Outros	00	00	47	47	07	07
Total	00	00	378	377	58	52
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	147	141	47	48
Mandado	00	00	36	34	11	12
Ofício	00	00	05	05	01	01
Total	00	00	188	180	59	61

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

O prédio apresenta excelentes condições de funcionamento e atende plenamente as necessidades da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e da Central de Mandados. As duas unidades estão bem organizadas. O arquivo está com espaço disponível em virtude da remessa de processos ao Depósito Centralizado em 2015. Segundo informação do Coordenador foram realizadas duas remessas de processos, sendo a primeira remessa de 786 lotes e a segunda remessa de 435 lotes.

O cadastro unificado das reclamadas e o cadastro de endereços de advogados representam 94,71% e 84,17%, respectivamente, do cadastro no Foro de Pelotas. Os percentuais alcançados demonstram o cuidado e o comprometimento do Coordenador e servidores com as atividades desenvolvidas. Quanto a Central de Mandados, constata-se que houve redução do número de mandados devolvidos com atraso e também do prazo médio



para cumprimento dos mandados, que demonstra o comprometimento dos oficiais de justiça com a prestação jurisdicional. O coordenador salientou que, embora alguns mandados tenham extrapolado o prazo legal, são mandados que estão aguardando outras diligências ou por solicitação da Secretaria e, para evitar o retrabalho permanecem em carga com os oficiais de justiça. No geral, constatou-se que os processos seguem uma boa tramitação.

Por fim, em face do acima relatado, as Unidades merecem ser parabenizadas pelo bom andamento dos trabalhos e em especial, pela proatividade em relação ao arquivo do Foro.

6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA

O Coordenador informou que a internet funciona de forma precária, fato que dificulta o funcionamento do PJe no Foro de Pelotas. Acrescentou ainda que o problema aumentou após a redução de horário.

Também houve a solicitação da abertura de uma porta para dar acesso direto do saguão com a sala de perícias, uma vez que atualmente é necessário entrar na sala de conciliação para acessar a sala de perícias. O pedido deverá ser encaminhado pela Secretaria desta Corregedoria à Diretoria-Geral para apreciação.

8 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Diretor, o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara Trabalho de Pelotas, no dia 30.03.2016, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram as advogadas Noêmia Gomes Reis e Andréa Pereira Ferreira, os representantes da Subseção da OAB em Pelotas Paula Pereira Grill e Diogo Mascarenhas. Merece destaque a manifestação dos advogados acerca da notícia de fechamento do Posto do Banco do Brasil existente no Foro Trabalhista de Pelotas. Especificamente em



relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados, não houve manifestação.

9 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Diretor do Foro Luís Carlos Pinto Gastal, pelo Coordenador Álvaro José Pereira Grill e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Adriana Stangler, Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional